



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO SRP Nº 27/2020

(Processo Administrativo nº 23086.005289/2020-16)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de animais vivos, rações e insumos de nutrição animal, medicamentos de uso veterinário, materiais de consumo para utilização nos setores de produção animal e insumos agrícolas para as Fazendas da UFVJM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	Nº PAC	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	VL UNITÁRIO	VL TOTAL
01	5610	AÇÚCAR CRISTAL, COMPOSIÇÃO ORIGEM VEGETAL, SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR. DESTINAÇÃO ALIMENTAÇÃO ANIMAL. PACOTE COM 05 KG.	463988	EMBALAGEM	30	30	R\$ 14,23	R\$ 426,90
02	392	ALBENDAZOL, CONCENTRAÇÃO A 1,9%, FORMA FÍSICA SUSPENSÃO ORAL, USO USO VETERINÁRIO. FRASCO COM 01 LITRO	416715	FRASCO	03	03	R\$ 121,49	R\$ 364,47
03	5608	ANIMAL VIVO, ESPÉCIE BOVINA, RAÇA HOLANDESA DE PELAGEM PRETA E BRANCA, COM PREDOMINÂNCIA NA PELAGEM DE COR PRETA, SEM DESPIGMENTAÇÃO DE MUCOSAS. NOVILHAS COM IDADE ENTRE 9 E 13 MESES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E PADRÃO RACIAL: REGISTRADAS, PATAS PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, PRODUTOS DE FERTILIZAÇÃO IN VITRO (FIV) OU INSEMINAÇÃO, COM REGISTROS JUNTO à ASSOCIAÇÃO DA RAÇA, FILHAS DE MATRIZES REGISTRADAS NA ASSOCIAÇÃO E COM PRODUÇÃO SUPERIOR A 6.000 KG DE LEITE NA PRIMEIRA LACTAÇÃO. FILHAS DE TOUROS PROVADOS DA RAÇA HOLANDESA OU GENÔMICOS. OS ANIMAIS DEVEM APRESENTAR: PERFEITAS CONDIÇÕES DE SAÚDE E ESCORE CORPORAL, ATESTADOS DE SANIDADE EMITIDO POR UM MÉDICO VETERINÁRIO, ANIMAIS OBRIGATORIAMENTE TÊM DE	150621	UNIDADE	15	15	R\$ 13.000,00	R\$ 195.000,00

		ESTAR LIVRES DE QUALQUER SINTOMA DE DOENÇA INFECTOCONTAGIOSA E SEM A PRESENÇA DE ENDO E ECTOPARASITAS. (AMPLA CONCORRÊNCIA)						
04	3684	ANTITÓXICO - COMPOSIÇÃO ACETILMETIONINA+CLORETO COLINA+FRUOSE+PANTONATO CA, USO VETERINÁRIO, APRESENTAÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM 4,0 G + 2,0 G + 10,0 G + 0,50 G + 1,0 G. FRASCO COM 100 ML	150364	UNIDADE	02	02	R\$ 28,17	R\$ 56,34
05	432	BENZILPENICILINA, COMPOSIÇÃO PROCAÍNA + POTÁSSICA + ESTREPTOMICINA SULFATO, OUTROS COMPONENTES ISONIAZIDA + PREDNISOLONA, FORMA FÍSICA PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, CONCENTRAÇÃO* 1.000.000 UI + 500.000 UI + 1G + 1G + 20, USO* USO VETERINÁRIO. FRASCO COM 10 ML	434072	FRASCO	03	03	R\$ 26,28	R\$ 78,84
06	2964/3059	CAL HIDRATADA PARA DESINFECÇÃO DE AVIÁRIOS. PÓ SECO E INODORO OBTIDO DA HIDRATAÇÃO DA CAL VIRGEM. SACO DE 20 KG	44776	SACO	40	40	R\$ 17,45	R\$ 698,00
07	3502	CEFALEXINA, COMPOSIÇÃO ASSOCIADA À NEOMICINA E PREDNISOLONA, CONCENTRAÇÃO 10MG + 10MG +1, FORMA FÍSICA SUSPENSÃO INTRAMAMÁRIA, APLICAÇÃO USO VETERINÁRIO. SERINGA COM 10 GRAMAS	408951	SERINGA	12	06	R\$ 16,00	R\$ 192,00
08	3688	COMPLEXO VITAMÍNICO INJETÁVEL: SULFATO DE MEFENTERMINA 600,0 MG + VITAMINA B2 (RIBOFLAVINA)200,0 MG+ VITAMINA B6 (PIRIDOXINA) 500,0 MG + NICOTINAMIDA 10.000,0 MG + PANTOTENATO DE CÁLCIO 500,0 MG. FRASCO 500 ML	150364	UNIDADE	10	05	R\$ 20,58	R\$ 205,80
09	327	COUMAFÓS, COMPOSIÇÃO ASSOCIADO AO PROPOXUR, CONCENTRAÇÃO 3% + 2%, FORMA FÍSICA EM PÓ TÓPICO, USO USO VETERINÁRIO. FRASCO 200 GRAMAS	409931	FRASCO	02	02	R\$ 41,93	R\$ 83,86
10	2548	DDVP, COMPOSIÇÃO CLORPIRIFÓS E VIOLETA DE GENCIANA, CONCENTRAÇÃO 1,15 + 0,71 + 0,17, FORMA FARMACÊUTICA AEROSOL, APLICAÇÃO* USO VETERINÁRIO. FRASCO COM 475 ML	439482	FRASCO	12	06	R\$ 11,89	R\$ 142,68
11	434	DIACETURATO DE DIMINAZENO, COMPOSIÇÃO ASSOCIADO À PIRAZOLONA, CONCENTRAÇÃO 70 + 370,	435205	FRASCO	02	02	R\$ 32,80	R\$ 65,60

		FORMA FÍSICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO* USO VETERINÁRIO. FRASCO COM 20 ML						
12	3219	FITA HOSPITALAR, TIPO ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL, MATERIAL ALGODÃO, COMPONENTES ADESIVO À BASE DE ZINCO, DIMENSÕES CERCA DE 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HIPOALERGÊNICO, COR COM COR. ROLO COM 4,5 METROS	446603	ROLO	02	02	R\$ 8,54	R\$ 17,08
13	3691	FLUAZUROM - COMPOSIÇÃO ASSOCIADO AO FIPRONIL, CONCENTRAÇÃO 2,5% + 1,25%, FORMA FÍSICA SOLUÇÃO TÓPICA, USO USO VETERINÁRIO. FRASCO COM 01 LITRO.	150364	UNIDADE	03	03	R\$ 94,46	R\$ 283,38
14	429	FLUMETRINA, CONCENTRAÇÃO 10, FORMA FÍSICA SOLUÇÃO TÓPICA, USO USO VETERINÁRIO. FRASCO COM 01 LITRO	428612	FRASCO	05	02	R\$ 95,33	R\$ 476,65
15	2543	GEL CONDUTOR, COMPOSIÇÃO A BASE DE ÁGUA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PH NEUTRO. GALÃO COM 05 KG	438929	GALÃO	01	01	R\$ 32,57	R\$ 32,57
16	4105	LÂMINA BISTURI, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO Nº 22, TIPO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALADA INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES	242918	CAIXA	01	01	R\$ 25,72	R\$ 25,72
17	3568/300/1854	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LATEX NATURAL, TAMANHO GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ, ANTIDERRAPANTE, ESTERILIDADE NÃO ESTÉRIL, COR BRANCA, TIPO AMBIDESTRA. CAIXA COM 100 UNIDADES	375934	CAIXA	23	23	R\$ 19,63	R\$ 451,49
18	5614	MARAVALHA (SERRAGEM) DE PINUS PADRONIZADA, INODORA, EM LASCA COM ESPESSURA MÁXIMA 3 MM E COMPRIMENTO DE 3 A 4 CM. LIVRE DE RESÍDUOS QUÍMICOS E CONTAMINANTES, TOTAL CONTROLE DE ECTOPARASITAS. ISENTA DE PÓ DE SERRAGEM, RESTOS DE MADEIRAS, TOCOS, FARPAS METÁLICAS OU QUALQUER OUTRO OBJETO. PRODUTO SEM PÓ DE SERRA, COM LAUDOS QUE ATESTAM SUA BIOSSEGURANÇA(SALMONELA, FUNGOS, ENTEROBACTÉRIAS E ASPERGILLUS). DESTINADO PARA CAMA DE BAIAS DE	10871	KG	125734	9450	R\$ 1,21	R\$ 152.138,14

		ANIMAIS. PRODUTO COM MADEIRA EXTRAÍDA DE FLORESTA 100% REFLORESTADA E CERTIFICADA. (AMPLA CONCORRÊNCIA)						
19	2559/2952/2987	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, MATÉRIA-PRIMA SOJA, TIPO REFINADO. DESTINAÇÃO ALIMENTAÇÃO ANIMAL. FRASCO 900 ML.	244580	LITRO	2130	400	R\$ 5,33	R\$ 11.352,90
20	3190	PERMETRINA, COMPOSIÇÃO ASSOCIADA À PIPERONILA E ÓXIDO DE ZINCO, CONCENTRAÇÃO 5 MG + 35 MG + 200, FORMA FARMACÊUTICA UNGUENTO, APLICAÇÃO USO VETERINÁRIO. POTE COM 250 GRAMAS	441774	POTE	05	05	R\$ 37,06	R\$ 185,30
21	2502	PRODUTOS PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL ANIMAL, APLICAÇÃO EM BOVINOS, COMPONENTES BAINHA FRANCESA DESCARTÁVEL.	401980	UNIDADE	500	500	R\$ 0,48	R\$ 240,00
22	3696	SORO ENERGÉTICO CONTENDO: RIBOFLAVINA(B2) 20,0 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (B6) 15,0 MG + NICOTINAMIDA 1.000,0 MG + ACETIL DL-METIONINA 660,0 MG + CLORETO DE SÓDIO 3.500,0 MG + CLORETO DE POTÁSSIO 250,0 MG + CLORETO DE CÁLCIO 150,0 MG + CORETO DE MAGNÉSIO 90,0 MG + DEXTROSE 25.000,0 MG + AMPOLA DE 3ML CONTENDO VITAMINA B12 10.000,0 MCG . FRASCO COM 500 ML.	150364	UNIDADE	03	03	R\$ 25,23	R\$ 75,69
23	3574	SULFAMETOXAZOL - COMPOSIÇÃO ASSOCIADO À TRIMETROPIMA, CONCENTRAÇÃO 100 MG + 20 MG/ML, FORMA FÍSICA SOLUÇÃO INJETÁVEL.USO VETERINÁRIO. FRASCO COM 50 ML.	409299	FRASCO	05	05	R\$ 30,29	R\$ 151,45
24	4480	SUPLEMENTO ALIMENTAR ANIMAL, TIPO VITAMÍNICO E MINERAL, INGREDIENTES NÍVEL DE INCLUSÃO NA RAÇÃO MÍNIMO DE 0,3%, APLICAÇÃO AVES DE POSTURA FASE PRÉ-INICIAL. FRASCO DE 250 ML	458110	FRASCO	05	05	R\$ 48,73	R\$ 243,65
LOTE 01								
ITEM	Nº PAC	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	VL UNITÁRIO	VL TOTAL
25	3052	RAÇÃO EM PÓ PARA PEIXE COM 50% DE PROTEÍNA BRUTA E 800 MG DE VITAMINA C/KG, COM INGREDIENTES DE ALTA DIGESTIBILIDADE E NÍVEIS DE ENRIQUECIMENTO, PARA A FASE DE ALEVINAGEM, EXTRUSADA E FINAMENTE MOÍDA. APRESENTAÇÃO EM SACOS DE 25 KG.	150718	SACO	02	02	R\$ 205,83	R\$ 411,66

26	3578	RAÇÃO EXTRUSADA PARA PEIXE, COM 32% DE PROTEÍNA E 325 MG DE VITAMINA C/KG, FABRICADA NOS DIÂMETROS DE 4-6 MM, É INDICADA PARA JUVENIS DE PEIXES ONÍVOROS E ENGORDA EM SISTEMAS SUPER INTENSIVOS COMO TANQUES-REDE E RACEWAYS. SACO DE 25 KG. UMIDADE (MÁX.) 8%. PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 32%. EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 6,5%. MATÉRIA FIBROSA (MÁX.) 7%. MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 10%. CÁLCIO (MÁX.) 1,2%. FÓSFORO (MÍN.) 0,6%, SACO C/ 25KG	150718	SACO	05	05	R\$ 88,33	R\$ 441,65
27	3057	RAÇÃO EXTRUSADA PARA PEIXES, COM 45% DE PROTEÍNA E 350 MG DE VITAMINA C/KG, ALTOS NÍVEIS DE VITAMINAS E AMINOÁCIDOS. FABRICADO EM DIVERSOS DIÂMETROS (2-4 MM) UMIDADE (MÁX.) 10% PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 40% EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 8% MATÉRIA FIBROSA (MÁX.) 6% MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 12% CÁLCIO (MÁX.) 1,6% FÓSFORO (MÍN.) 0,8%. SACO 25KG	150718	SACO	03	03	R\$ 183,33	R\$ 549,99
28	5612	RAÇÃO PEIXE, APRESENTAÇÃO CISTOS DE ARTEMIA SECO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAXA DE ECLOSÃO MAIOR QUE 75%	286132	KG	03	03	R\$ 660,82	R\$ 1.982,46

VALOR TOTAL LOTE 01

R\$
3.385,76

LOTE 02

ITEM	Nº PAC	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	VL UNITÁRIO	VL TOTAL
29	3225	APARELHO DE BARBEAR METAL NIQUELADO. UNIDADE. APARELHO DE BARBEAR COM MAIOR PRECISÃO, RECARREGÁVEIS COM LÂMINAS EM FOLHA. TAMANHO: 08 X 4 CM. UNIDADE	74527	UNIDADE	03	03	R\$ 15,49	R\$ 46,47
30	4104	LÂMINA BARBEAR, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO 43 MM, LARGURA 22 MM, TIPO USO DESCARTÁVEL. CAIXA COM 03 UNIDADES	241535	CAIXA	15	15	R\$ 2,58	R\$ 38,70

VALOR TOTAL LOTE 02

R\$ 85,17

ITEM	Nº PAC	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	VL UNITÁRIO	VL TOTAL
31	5608	ANIMAL VIVO, ESPÉCIE BOVINA, RAÇA HOLANDESA DE PELAGEM PRETA E BRANCA, COM PREDOMINÂNCIA NA PELAGEM DE COR PRETA, SEM DESPIGMENTAÇÃO DE MUCOSAS. NOVILHAS COM IDADE ENTRE 9 E 13 MESES,	150621	UNIDADE	05	05	R\$ 13.000,00	R\$ 65.000,00

		COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E PADRÃO RACIAL: REGISTRADAS, PATAS PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, PRODUTOS DE FERTILIZAÇÃO IN VITRO (FIV) OU INSEMINAÇÃO, COM REGISTROS JUNTO à ASSOCIAÇÃO DA RAÇA, FILHAS DE MATRIZES REGISTRADAS NA ASSOCIAÇÃO E COM PRODUÇÃO SUPERIOR A 6.000 KG DE LEITE NA PRIMEIRA LACTAÇÃO. FILHAS DE TOUROS PROVADOS DA RAÇA HOLANDESA OU GENÔMICOS. OS ANIMAIS DEVEM APRESENTAR: PERFEITAS CONDIÇÕES DE SAÚDE E ESCORE CORPORAL, ATESTADOS DE SANIDADE EMITIDO POR UM MÉDICO VETERINÁRIO, ANIMAIS OBRIGATORIAMENTE TÊM DE ESTAR LIVRES DE QUALQUER SINTOMA DE DOENÇA INFECTOCONTAGIOSA E SEM A PRESENÇA DE ENDO E ECTOPARASITAS. (RESERVA DE COTA ME/EPP) - ITEM 03						
32	5614	MARAVALHA (SERRAGEM) DE PINUS PADRONIZADA, INODORA, EM LASCA COM ESPESSURA MÁXIMA 3 MM E COMPRIMENTO DE 3 A 4 CM. LIVRE DE RESÍDUOS QUÍMICOS E CONTAMINANTES, TOTAL CONTROLE DE ECTOPARASITAS. ISENTA DE PÓ DE SERRAGEM, RESTOS DE MADEIRAS, TOCOS, FARPAS METÁLICAS OU QUALQUER OUTRO OBJETO. PRODUTO SEM PÓ DE SERRA, COM LAUDOS QUE ATESTAM SUA BIOSSEGURANÇA(SALMONELA, FUNGOS, ENTEROBACTÉRIAS E ASPERGILLUS). DESTINADO PARA CAMA DE BAIAS DE ANIMAIS. PRODUTO COM MADEIRA EXTRAÍDA DE FLORESTA 100% REFLORESTADA E CERTIFICADA. (RESERVA DE COTA ME/EPP) - ITEM 18	10871	KG	41909	9450	R\$ 1,21	R\$ 50.709,89

1.2. **Os itens discriminados acima foram incluídos no PAC/2020, de acordo com o disposto no art. 5º, alínea I a IX, da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.**

1.3. **Para os critérios de sustentabilidade, estabelecidos na IN SLTI MPOG Nº 1 19/10/2010, devem ser considerados produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.**

1.4. **Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.**

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 10.024 de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

4.2. As especificações e informações técnicas dos materiais são de responsabilidade dos requisitantes que poderão ser identificados através do relatório de itens constante no processo.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias corridos para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, nos seguintes endereços e condições:

5.1.1. Os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 deverão ser entregues na Divisão de Fazendas/UFVJM, Campus JK, na cidade de Diamantina(MG), situado na Rodovia MGT 367 KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:30 horas em dias úteis;

5.1.2. O item 18 deverá ser entregue na Divisão de Fazendas/UFVJM, Campus JK na cidade de Diamantina(MG), situado na Rodovia MGT 367, KM 583, nº 5000, Alto da Jacuba, CEP 39100-000; ou na Fazenda Experimental do Moura/UFVJM, na cidade de Curvelo(MG) situado na Rodovia LMG 754 - Rodovia dos Cristais s/n, km 07, Zona Rural - Sentido Cordisburgo, acesso em frente ao Clube da Prefeitura CEP: 35790-000 ou ainda na Fazenda Experimental Rio Manso/UFVJM na cidade de Couto de Magalhães de Minas(MG), situada na Rodovia MGT 367, s/n - Acesso da Escola Estadual "Jerônimo Pontello", Estrada Vicinal sentido Comunidade de Abóboras - km 01 CEP: 39188-000 das 8h:00 às 11h30 e das 13h:00 às 16h30 horas, em dias úteis, sendo o local de entrega e quantidade definidos na nota de empenho.

5.1.3. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

5.2. O procedimento de entrega e de total responsabilidade do fornecedor, que assume em caso de contratação de chapa, ajudante ou afins, os riscos de todas as ordens pertinentes à atividade incluindo as trabalhistas, e ainda a prestação de socorro em caso de necessidade.

5.3. Para o item ANIMAL VIVO, ESPÉCIE BOVINA, RAÇA HOLANDESA), deverá ser apresentado, quando da entrega, Certificado de Registro Genealógico, emitido pela Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, e em conformidade com a Lei nº. 4.716 de 29/06/65 e sua regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 8.236 de 5 de Maio de 2014, Instrução Normativa nº 78, de 26 de Novembro de 2018 – MAPA.

5.4. Os animais deverão estar acompanhados da GTA (Guia de Transporte Animal), emitida diretamente do local de origem para a UFVJM, bem como de Atestado Médico Veterinário comprovando a sanidade clínica dos mesmos e sorologia negativa para brucelose e tuberculose.

5.5. Para fins de emissão de documentação, os números de inscrição de produtor rural e de propriedade são respectivamente 191485 e 31209040989.

5.6. Os itens destinados a alimentação animal deverão estar em conformidade com a legislação vigente.

5.7. Conforme disposto no art. 13 do Decreto 6.296/07, que regulamenta a Lei 6.198/74, "Todo produto destinado à alimentação animal, produzido no País ou importado, para ser comercializado deve, obrigatoriamente, estar registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento"

5.8. Atendendo ao disposto no Art. 3º, Incisos I, II, III e IV da Instrução Normativa MAPA nº 42 de 16/12/2010, ficam dispensados da comprovação de Registro no MAPA, os produtos destinados à alimentação animal, que se enquadrem nas hipóteses do artigo supracitado.

5.9. Atendendo ao disposto no Decreto Nº 5.053 de 22/04/2004, os itens referente a medicamentos veterinários, deverão obrigatoriamente ser registrados e licenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os licitantes deverão comprovar ainda, que possuem licença para comercialização de produtos de uso veterinário.

5.10. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e pelo que segue:

5.10.1. O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;

5.10.2. Os materiais devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

5.10.3. Os materiais não devem apresentar avarias ou adulterações;

5.10.4. Os materiais devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;

5.10.5. Os materiais devem estar identificados quanto ao número da licitação, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

5.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.11.1. **Havendo algum fator que comprometa a qualidade do produto, como transporte inadequado, mercadoria molhada ou umedecida em excesso por água de chuva, a entrega do bem será recusada.**

5.12. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.12.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta,

não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$(\frac{6}{100})$ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------------	--

12. DO REAJUSTE

- 12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.7. O reajuste será realizado por apostilamento

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. cometer fraude fiscal;
- 13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

- 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 482.169,33.
- 14.2. **Os preços referenciais desta contratação foram apurados a partir da realização de pesquisas de preços, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN nº 73/2020 ME/SEDGGD/SG.**

Diamantina, 31 de agosto de 2020

Josimar Rodrigues Oliveira
Chefe de Fazendas e Produção Agropecuária

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras
Atualização: Julho/2020



Documento assinado eletronicamente por **Josimar Rodrigues Oliveira, Chefe de Divisão**, em 31/08/2020, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0157833** e o código CRC **0CCB2DF4**.